

NEGACIONISMOS E HISTÓRIAS PÚBLICAS REACIONÁRIAS: ABUSIVE

Sônia Meneses¹

Resumo: Este artigo problematiza a emergência de histórias públicas reacionárias e novos negacionismo influenciados pela profusão de narrativas históricas vinculadas aos meios de comunicação e às ideias de pós-verdade. Assim, destacam-se as relações entre história e abusos do passado, difusão de narrativas históricas e consumo. Ao final, aponta para os desafios colocados ao próprio lugar da produção histórica e dos historiadores frente a essa produção.

Palavras-chave: História Pública, Pós-Verdade, Negacionismo, Consumo.

NEGACIONISMOS E HISTORIAS PÚBLICAS REACCIONARIAS: USOS ABUSIVOS DEL PASADO EM TIEMPOS POS-VERDAD

Resumen: Este artículo problematiza la emergencia de historias públicas reaccionarias y nuevos negacionismo influenciados por la profusión de narrativas históricas vinculadas a los medios de comunicación y las ideas de post-verdad. Así, se destacan las relaciones entre historia y abusos del pasado, difusión de narrativas históricas y consumo. Al final, apunta a los desafíos planteados al propio lugar de la producción histórica y de los historiadores frente a esa producción.

Palabras clave: Historia Pública, Post-Verdad, Negación, Consumo.

DENIALISM AND REACTORY PUBLIC HISTORY: ABUSIVES USES OF PAST IN POST-TRUTH TIMES

Abstract: This article problematizes the emergence of reactionary Publics Histories and new Historical Negationism influenced by the profusion of historical narratives linked to the media and post-truth ideas. Thus, the relations between history and abuses of the past, the diffusion of historical narratives and consumption, stand out. In the end, it points to the challenges posed to the very place of historical production and historians facing this production.

Keywords: Public History, Post-Truth, Negationism, Consumption

No dia 20 de outubro de 2017, o jornalista Lira Neto publicou uma mensagem em tom de desabafo em sua página no Facebook. Indignado, o jornalista relatou que havia sido procurado para uma entrevista por um dos produtores do Canal History que, naquele momento, produzia uma série sobre a história do Brasil. Lira Neto afirma que, como faz sempre, aceitou o pedido, mas estranhou a forma como o produtor pediu que ele respondesse às questões, diz Lira Neto:

Fiquei pasmo quando o entrevistador, Matheus Ruas, da produtora Fly, pediu-me, explicitamente, para responder às questões como se, do outro lado da lente, sentado na poltrona, estivesse o Homer Simpson. Estranhei, mas respondi às perguntas, com alguma indignação interior e o máximo de didatismo. (NETO, Lira. FACEBOOK, 20 de outubro de 2017)

Segundo o jornalista, seu espanto foi maior quando, mais de um ano depois, com o programa prestes a ir ao ar, soube que, na verdade se tratava de adaptação do livro “Guia Politicamente Incorreto de História do Brasil” do também jornalista Leandro Narloch, informação que não havia tido na época. Lira Neto, termina seu texto argumentando que:

Sinto-me violentado em fazer parte de qualquer produção que recorra à superficialidade e ao polemismo fácil. Neste momento em que se confunde jornalismo com entretenimento, bravata com reflexão, inconsistência com leveza, creio que seja necessário reafirmar o compromisso com a responsabilidade e o rigor da pesquisa histórica. (NETO, Lira. FACEBOOK, 20 de outubro de 2017)

Ironicamente, a reivindicação da responsabilidade e do rigor histórico não partem de um historiador convencional, mas de um jornalista que escreve história. Lira Neto é um autor de biografias premiadas como as de José de Alencar e Getúlio Vargas. Escreveu ainda sobre Maísa e Padre Cícero e outros temas históricos. O autor também se tornou um grande fenômeno de venda nos territórios dos historiadores, sendo suas obras adaptadas para a televisão, a exemplo da minissérie “*Maísa: quando fala ao Coração*” inspirada pela biografia, produzida pela Rede Globo em 2009.

Em comum, tanto Narloch como Lira Neto se inscrevem numa produção histórica que hoje podemos qualificar de história pública. Embora esse campo de discussão seja mais amplo do que a produção advinda dos meios de comunicação ou da produção jornalística, é inegável que é a partir das várias mídias que temos a produção mais expressiva de conteúdos públicos voltados à reflexão do passado. No caso específico, me refiro às narrativas que, nos últimos anos, avançaram velozmente na reflexão e tradução do passado e que tanto podem ser produzidas por historiadores, como por profissionais de outras áreas com o objetivo de atingir um

¹ Doutora em História, professora na URCA - Universidade Regional do Cariri. Email: sonia.meneses@gmail.com

grande público.

Embora possamos dizer que a história sempre tenha atraído uma demanda permanente para além do universo circunscrito aos historiadores, é inegável que as primeiras décadas desse século XXI trouxeram uma sede de passado inédita e ao mesmo tempo bastante peculiar, sobretudo, por sua dimensão de produto de consumo. Destaca-se ainda que, em vários momentos, essa reflexão assumiu a centralidade dos debates políticos em países que viveram acontecimentos traumáticos e ataques aos direitos humanos como massacres, guerras, ditaduras e perseguições étnicas. Outro aspecto significativo foi a emergência das testemunhas no centro de uma nova produção historiográfica, sendo a história oral uma ponte espetacular entre história e memória.

No caso do Brasil, essa produção acompanhou o processo de transformação na própria academia com a ampliação de cursos de pós-graduação e licenciaturas e, numa dimensão política, realçou a reivindicação de minorias de direito e grupos sociais que associaram à sua luta de reconhecimento, a busca de si no passado do país. Podemos considerar a entrada desses grupos no espaço acadêmico e a ampliação do acesso à universidade como chaves de compreensão importantes sobre as mudanças intelectuais e políticas do país nos últimos anos. Contudo, apesar da espetacular ampliação de sujeitos e objetos, houve um relativo descompasso quando nos referirmos à divulgação desses conteúdos para setores mais amplos da população.

Por outro lado, houve uma profusão de novos produtores e de lugares de narrativas históricas que assumiram o papel de tradutores culturais desses conteúdos para grandes audiências. A título de exemplo, podemos notar como o passado tornou-se uma febre na produção midiática quando somente entre o ano de 2017 e o primeiro semestre de 2018, considerando novelas e minissérie produzidas em canais abertos no Brasil, contabilizamos 11 programas ambientados em outras temporalidades, desde o século XVI antes de Cristo, passando pela Idade Média, até década de 1980.² Além da Tv aberta, existem outros canais especializados em narrativas que pretendem falar de um lugar científico da produção histórica com fontes, especialistas e conteúdos frutos de investigações diversas, como History, H2, Discovery Civilization e uma série de outros produtos voltados ao tema.

Num cenário tão diverso, algumas obras assumiram vieses claramente conservadores ou negacionistas dissimuladas em linguagens atualizadas e formas de interação nas quais as maneiras de dizer importam mais do que o que é dito. O aparente frescor das imagens vibrantes, a participação de youtubers famosos na apresentação de conteúdos que seriam fruto de “pesquisas históricas sérias”, ou a “descoberta” de novidades sobre o passado, em grande medida se configuram numa releitura de antigos paradigmas que sustentam a manutenção de processos excludentes, preconceitos e conclusões que utilizam de forma desonesta as informações extraídas de teses e dissertações, ou mesmo fontes históricas, selecionadas e recortadas para referendar argumentos cujo fim é a desqualificação política de vários sujeitos e enunciados científicos.

Algumas delas, inspiram estratégias discursivas quase milenaristas na medida em que estimulam uma cruzada assentada em polarizações do que seriam verdades e mentiras, partidos e sem partidos, o bem contra o mal. Por isso é uma história que se anuncia como uma escolha entre contrários numa dicotomia sectária que aniquila a complexidade do pensamento e a diversidade de ideias. Não por acaso, exalta-se o politicamente incorreto contra o politicamente correto, a escola sem partido contra a escola doutrinadora ou, a história verdadeira contra a história de esquerda.

Ressalto que o problema não é o de jornalistas, advogados, memorialistas ou qualquer outro sujeito e instituição escreverem sobre o passado, mas de compreendermos como esse passado é elaborado e, sobretudo, interrogarmos sobre seus efeitos nos processos de representação histórica em nossa sociedade. Se os historiadores precisam de seus pares para responder sobre suas obras, o que claramente coloca em evidência as responsabilidades da pesquisa histórica, quais os balizadores sociais e intelectuais de uma historiografia midiática desse tipo? Chamo de historiografia midiática toda a produção de leitura do passado que se ampara no universo dos meios de comunicação, em seus vários formatos e que se destinam a grandes audiências.

Certeau (1998) nos demonstrou que, ao escrevermos história, nos deparamos com um complexo jogo de adequações, pressões e sistematizações que torna nossa produção circunscrita a um campo que construímos para dar legitimidade ao nosso conhecimento. Nestes termos, a produção historiográfica também está submetida às apropriações e pressões diversas e, nas últimas décadas esse lugar foi profundamente transformado pelas demandas sociais e políticas tanto internas, quanto externas ao campo. Nesse processo, ressalto um elemento importante destacado por Certeau quando chama atenção que, na medida em que foi se

² São elas: Os Dias eram assim (2017), Entre Irmãos (2018; ambientada anos de 1930), Dois Irmãos (2017; ambientada entre as décadas de 1920 a 1980). Novelas Rede Globo: Novo Mundo (Século XIX, chegada da corte portuguesa) (2017), Tempo de Amar (primeiras décadas do século XX) (2018) Orgulho e Paixão (ambientada na década de 1910) (2018) Deus salve o Rei (ambientada na idade média) (2018) Novelas Record: Escrava-Mãe (ambientada no século XVIII-temática da escravidão) (2017), A Terra prometida (Século XII antes de cristo) (2017), O Rico e Lázaro (2017) (século VX AC), Belaventura (ambientada no século XV) (2018).

desenvolvendo uma crescente especialização do saber, houve a emergência do perito, o sujeito que domina uma dada linguagem técnica e, portanto, autorizado a falar em nome dela.

Progressivamente, esse sujeito do discurso científico era responsável por ser o intérprete e o tradutor de sua competência para outros campos em um processo no qual, muitas vezes, a autoridade da fala foi se sobrepondo à própria competência do saber, embora a primeira continuasse a se articular com a segunda. Se tal aspecto era percebido como um problema pelo eminente historiador, o desafio agora parece ser ainda mais complexo, na medida em que, tanto a autoridade do historiador, como a competência do saber histórico produzido nas últimas décadas têm sido seguidamente questionados a partir de parâmetros totalmente externos a essa produção, como se houvesse uma história verdadeira a ser contada, em oposição aquela produzida pela historiografia dos historiadores.

Tais elementos podem ser considerados dentro de um processo de emergência reacionária que fala da “verdade” justamente para construir seu falso contrário. Neste caso, para a popularização de certa escrita da história midiática foi necessário apostar na desqualificação dos discursos historiográficos acusados de partidários ou engajados. Efetivou-se uma reação em que a “verdade que se confunde com os processos políticos de individualização, com as prerrogativas estéticas do gosto e com a força política das religiões”, conforme chama atenção Dunker (2017, p.18).

Uma relação corrosiva que mistura as reflexões do saber histórico ao conjunto de preconceitos e interesses políticos que se apresentam como se fossem a verdade desse passado, na qual os produtores dessa historiografia midiática se colocam como intérpretes e tradutores de competência assentada na produção historiográfica e projetada para o grande público. Se em Certeau somos advertidos dos riscos de um saber que se constrói mais pela autoridade da fala, do que pela competência de seus enunciados, o que dizer das constantes flutuações de autoridade sobre a produção de conteúdos históricos nas mídias? Sob esse aspecto, o autor, ao tratar da história, também nos aponta caminhos para pensarmos a problemática recente:

No limite, quanto maior a autoridade do perito, menor sua competência, até o ponto em que seu fundo se esgota (...). Durante o tempo dessa conversão, não fica sem competência (tem que ter uma, ou ao menos fazer crer que tem) mas abandona a que possui na medida em que sua autoridade de estende para mais longe, exorbitada pela demanda social e/ou por responsabilidades políticas. Paradoxo (geral?) da autoridade: ganha o reconhecimento precisamente por um saber que lhe falta no terreno onde se exerce. (CERTEAU, 1998, p. 67)

Esse discurso coloca em primeiro plano “questões à estranhas à sua competência técnica, mas não ao poder que por ela se adquire” deste modo ele pode “proferir autoritativamente um discurso que não é o do saber, mas o da ordem socioeconômica” (CERTEAU, 1998, p. 67). Situação bastante clara como vemos nas articulações dessas produções com os grandes grupos políticos e econômicos que distribuem esses conteúdos. Aqui, nos deparamos com as implicações entre argumento científico historiográfico e opinião, como destaca novamente, Dunker, “temos uma inversão sem contradição e, portanto, uma subjetividade que pensa com dificuldade sua própria temporalidade (...) ou sendo seu próprio processo de transmissão educativa percebido como manipulação e apossamento” (2017, p. 40).

Essa apropriação ordinária do passado não se faz sem o abuso da história, cuja a competência é alcançada muitas vezes pela manipulação de informações e omissões deliberadas no tratamento de fontes sobre o passado. Uma bricolagem mal-intencionada da competência historiadora ao mesmo tempo em que se serve dessa, para construir as informações que divulga como um valor de verdade para quem assiste, lê e escuta essa produção.

É fundamental questionarmos ainda elementos que são muito próprios aos historiadores e regulados por nosso campo, mas que, nos trabalhos dessas obras tem sido negligenciado, quais sejam: a ética na pesquisa histórica, as manipulações da dados e informações a fim de favorecer determinadas visões da história e as falsificações de acontecimentos e registros em nome de demandas políticas e sociais. Elementos que são diferentes de pensarmos, por exemplo, as interpretações de conteúdos históricos, as revisões importantes de temas e objetos.

Constata-se que a produção historiográfica avançou significativamente sobre a compreensão de temas que assumiram lugar de destaque nas últimas décadas, tais como: as relações de gênero, experiências de classes pobres, excluídos, sociedades e grupos humanos escravizados para além das dimensões mais óbvias e cruéis desses processos, um novo olhar para a política, sentimentos, dentre outros temas sensíveis. E foi exatamente contra essa historiografia, ancorada nos estudos de uma história social vista de baixo, dos excluídos e no âmbito da história cultural, que assistimos às fortes reações conservadoras sustentadas em formatos como redes sociais.

Para ilustrar o que quero dizer, irei apresentar um exemplo de circulação de uma fonte, procurando contemplar certo circuito da informação, histórica e midiática, produzido a partir dela. Uma matriz geradora cujo percurso de construção, apropriação e divulgação se pautou para justificar alguns argumentos em favor do golpe em 1964.

Em 2009 a jornalista Mariza Tavares apresentou no site da CBN (rádio que compõe o conglomerado das organizações Globo) uma matéria feita com doses de sensacionalismo que se referia a um dossiê bombástico sobre uma articulação militarizada de Leonel Brizola para instaurar uma revolução comunista no Brasil em princípio dos anos de 1960, através dos chamados Grupos dos 11. Na prática os grupos formados a partir da liderança de Leonel Brizola tinham como objetivo pressionar para a aplicação das chamadas reformas de base do governo João Goulart, mas nunca tiveram grande repercussão nacional.

Em matéria intitulada: “Memória de 1964 – o dossiê do braço armado de Brizola”, a jornalista afirmava que teria chegado à CNB um documento produzido pelos militares que descortinava todas as ações e instruções do grupo para tomada de poder e a implantação do comunismo no país através dessa organização.

O que a jornalista omite, ou não sabia, é que as informações contidas no “estrondoso” dossiê, já haviam sido divulgadas em vários lugares, como jornais nacionais desde os anos de 1960, a exemplo da Gazeta, do Rio Grande do Sul e do Jornal do Brasil, ou mesmo em livros como de Adolfo Couto chamado: “Revolução de 1964: versão e fato”, no qual o autor também afirma ter utilizado tais documentos “secretos” em suas pesquisas. Aqui se destaca a constante reafirmação dessas fontes como “secretas”, “inéditas” “bombásticas” como qualificadores de sua pretensa importância para a compreensão do período. Deste modo, o próprio tratamento dado ao registro é envolto nos mesmos protocolos jornalísticos de construção de um episódio que pretende se tornar emblemático para dada audiência.

Essa fonte já era também conhecida dos historiadores e outros pesquisadores, com historiadora Marli Baldissera da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que havia trabalhado com o documento. Ao ser entrevistada por Diogo Pacheco, em sua dissertação de mestrado sobre o tema intitulada “Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961 – 1964)” a professora afirmou que: “a cópia foi conseguida em condições curiosas: primeiro era uma cópia escrita à mão num caderno, que alguém que não se identificou passou ao entrevistador, assim que fora copiada, seu dono pegara o original e jogara-o no fogo, queimando-o. (PACHECO, 2012, p. 164). Circunstância parecidas foram narradas pela jornalista Mariza Tavares ao apresentar o material:

Este é o documento a que me referi. O Exército não sabe que este dossiê ainda existe, porque foi dada uma ordem para que fosse destruído." Este era o texto do curto bilhete que acompanhava o pacote que recebi pelo correio, enviado por uma ouvinte fiel da CBN. Dentro, um calhamaço de 64 páginas já amareladas, no qual chamava atenção o carimbo no alto, em letras garrafais: SECRETO. A ditadura militar brasileira incinerou regularmente documentos sigilosos. Este dossiê estava em poder de um militar que preferiu desobedecer à ordem e decidiu guardar os papéis em casa (TAVARES apud PACHECO, 2012, p. 163)

Outras dissertações e artigos já mencionaram tal fonte, mas nenhuma delas conseguiu atestar a veracidade de seu teor, especialmente, porque os caminhos de sua produção são sempre nebulosos, envolvidos em diversas controvérsias. Além disso, é bastante improvável considerar que militares tivessem o interesse de classificar tal registro como secreto uma vez que o mesmo traria um conteúdo que favorecia diretamente as justificativas para o Golpe em 1964. Na verdade, muitos indícios apontam para que a fonte tenha sido plantada para ajudar a justificar o golpe. O historiador Diogo Pacheco é o que esteve mais próximo de decifrar seus caminhos, ao localizar a documentação em um processo sobre um preso político. Pacheco afirma que ela realmente foi gerada na primeira metade dos anos 1960.

Diz Pacheco:

Felizmente, durante a pesquisa, encontramos a documentação anexada ao processo referente ao carteiro Nezio Jacques Pereira (...) Fica evidente nas conclusões e durante todo o processo que tal documentação não foi encontrada junto aos inquiridos do processo do grupo dos Correios de Florianópolis. O anexo se deu, como está claro, posteriormente aos depoimentos e serviu para demonstrar o caráter radical e supostamente violento dos grupos comandos nacionalistas. (PACHECO, 2012, p. 165)

Pacheco analisa diversos aspectos do registro que colocam em xeque as informações e autoria de sua produção, especialmente, pelo caráter formalista, violento e caricaturado em relação aos grupos de esquerda no texto. Aspectos muito parecidos com outra documentação plantada que, em 1937 havia servido para legitimar o golpe de estado sob argumento de estávamos na eminência de um golpe “judaico-comunista” para implantar o comunismo no país. Foi o chamado Plano Cohen, cujas principais teses foram idealizadas pelo então capitão do exército Olympio Mourão Filho, um dos principais protagonistas do Golpe de 1964.

Quarenta e cinco anos depois, quando Mariza Tavares coloca o registro novamente na cena pública ele entra em um novo circuito de difusão através de novas mídias como blogs, redes sociais, dentre outros, suscitando novamente os mesmos argumentos de 1964.

A matéria, misteriosamente, foi retirada do ar e de todos os acessos do site da CBN. Para acessá-la

recorri à sua reprodução em outros registros, como a já citada dissertação de Diogo Pacheco. Numa última tentativa, para fins de atualização deste artigo, realizei nova busca em 31 de outubro de 2018, mas o link continua inacessível³. Localizei ainda referências à matéria no Facebook e existem outras referências à mesma que são localizadas em inúmeras páginas militares ou de apologia aos militares, a exemplo da Ternuma, página conservadora, “terrorismo nunca mais” que traz a matéria na íntegra <http://ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-34-31/373-memoria-1964-o-dossie-do-braco-armado-de-brizol>, sendo a mais recente postada no dia 27 de setembro de 2018 num blog do escritor Emir Laranjeira que apresenta inclusive fragmentos do suposto dossiê.⁴

Ainda em 2009 a matéria de Mariza Tavares serviu como base de capítulo da obra de Leandro Narloch no já citado livro “Guia politicamente incorreto da História do Brasil”. No capítulo intitulado “Três coisas que a tortura não esconde” (NARLOCH, 2009 p. 266) o jornalista dedica um tópico para defender que “a guerrilha provocou o endurecimento do regime militar” (p. 268). Os argumentos do jornalista sobre os motivos ou justificativas para o golpe, se assentam em três matrizes fundamentais: Cuba e o risco do modelo comunista a ser implantado no país; os militantes de esquerda preparavam um golpe eminente no país; e os militares somente endureceram suas ações por causa das provocações desses militantes.

Para fundamentar seus argumentos, o autor utiliza exatamente as informações retiradas da matéria produzida por Mariza Tavares sem problematizá-la. Diz Narloch:

A ideia era formar, em todo país, milhares de pequenos grupos guerrilheiros que seriam mobilizados para uma eventual tomada de poder. Um dossiê encontrado no começo de 2009, pela Rádio CBN, trouxe à tona relatório de uma investigação militar sobre os Grupos dos Onze (2009, p. 269).

Do mesmo modo que Mariza Tavares, Narloch também não investiga a fonte e, além de não checar a procedência, não questiona seu conteúdo, tampouco, apresenta outros registros para fundamentar suas conclusões.

Assim, conclui que: “Alguém poderá dizer que a reação dos militares ao terrorismo foi exagerada (...) Isso pode ser verdade, mas não era seguro pensar assim naquela época. Qualquer notícia de movimentação comunista era um motivo justo de preocupação” (p. 274).

Boa parte das informações contidas na obra de Narloch praticam aquilo que podemos chamar de uma história abusiva, desonesta nos usos das fontes e mal-intencionada em suas conclusões, isso porque ela efetiva um tipo de produção que utiliza registros e fontes originais, teses e dissertações mutilando resultados e conclusões de maneira a referendar seus argumentos. Ao trabalhar com textos de historiadores consagrados pretende construir uma pretensa legitimidade de fala para suas conclusões, todavia, sua narrativa da história não se coaduna nem mesmo com a pluralidade do pensamento. Evoca o discurso de que é preciso apresentar outras versões da história, diferentes daquela que seria “militante”, mas realiza exatamente o que diz combater, como pode ser constatado nas seguidas afirmativas que, caso os militares não tivessem assumido o poder em 1964, teríamos vivido uma tragédia de proporções épicas.

Menciono novamente o capítulo em que trata do período da ditadura militar no Brasil quando o autor apresenta suposições sobre o que poderia ter acontecido caso os comunistas tivessem assumido o poder no país. Inicialmente, argumenta que “em 21 anos as ações antiterrorismo criaram 380 vítimas (...) É muito menos que os 30 mil mortos pela ditadura Argentina ou a estimativa de 3 mil vítimas dos militares do Chile”. Mas o jornalista vai além, ao argumentar que “se o Brasil tivesse um regime como cubano ou chinês, como sonhavam os guerrilheiros de esquerda, pelo menos mais de 88 mil pessoas seriam mortas” (p. 276).

Nos últimos anos, o tema da ditadura militar brasileira assumiu o primeiro plano nos debates sobre a história recente no Brasil. Impulsionado pelo acirramento político e pela polarização que se apresentou, especialmente depois de 2013. Nesse cenário, o acontecimento tem sido objeto de intensas disputas em discursos e representações na cena pública. As informações contidas na obra do jornalista e o tipo de narrativa histórica que ela enseja, de alguma maneira, se coaduna com os argumentos recentes de negação do episódio. Não que outras obras não projetem argumentos parecidos, a exemplo da obra do historiador Marco Antônio Vila em sua “Ditadura à Brasileira” de 2014, mas nos últimos anos, essas versões ganharam cada vez mais espaço não somente entre o grande público, mas entre autoridades jurídicas e políticas que abordam o tema. Menciono dois episódios recentes a seguir.

No dia 17 de outubro de 2018, alegando prescrição, a Justiça de São Paulo resolveu extinguir a ação civil que vinha sendo movida pela família do jornalista Luiz Eduardo Merlino contra o Cel. Carlos Brilhante Ustra que, em 2012 havia sido condenado a pagamento de indenização em virtude da morte do jornalista nas dependências do DOI-Codi. Merlino tinha então 23 anos quando foi levado de sua residência para depor em

³ Link original da rádio CBN de 2009: <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/>

[GRUPO-DOS-ONZE.htm](http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/)> Link capturado na dissertação de Diogo Pacheco, mas fiz uma busca no próprio site da CBN sem sucesso.

⁴ É o blog do escritor Emir Laranjeira: <https://emirlaranjeira.blogspot.com/2018/09/memoria-1964-o-dossie-do-braco-armado.html>

1971. Torturado por 24 horas ininterruptas, o jornalista veio a óbito o que posteriormente foi mascarado como suicídio por agentes da ditadura, versão que contou de laudo necroscópico assinado por Isaac Abramovitch e Abelardo Orsini.

Em resposta ao recurso, os desembargadores Luiz Fernando Salles Rossi, Mauro Conti Machado e Milton Paulo Carvalho o indeferiram sob o argumento de que o Brasil teve “uma suposta ditadura” e o Cel. Brilhante Ustra, chefe do quartel de operações da repressão durante o regime militar, teria sido “um suposto torturador”. Na ocasião os desembargadores resolveram considerar irrelevantes os relatos de presos políticos que haviam prestado o seu depoimento à Comissão da Verdade e consideraram como válido o laudo necroscópico, apontado pela mesma comissão como fraudulento.

Relator do caso, Salles Rossi chamou o período com os militares no poder (entre 1964 e 1985) como “suposta ditadura” e Ustra de “suposto torturador”. Em seu voto, ele considerou que “não havia provas” suficientes para ligar Ustra à morte de Merlino. Para tal, ele considerou inválidos os depoimentos de testemunhas. “As testemunhas não acompanharam a ação de tortura presencialmente. E os depoimentos tem reservas pois eram presos políticos, estavam em condição idêntica à do jornalista”, sustentou Rossi, que considerou o conteúdo do processo “sem prova da culpa e prática” para condenar Ustra.” (PONTE JORNALISMO, <https://ponte.org/para-justica-de-sp-brasil-teve-suposta-ditadura-e-chefe-do-doi-codi-nao-era-torturador/> em 17/10/2018)

Representativo também, foram as palavras do Ministro do Supremo, Dias Toffoli, ao dizer que preferiria se referir a 1964, como o “movimento de 1964” à ditadura militar durante um seminário sobre os 30 anos da Constituição de 1988, disse o ministro:

Os militares foram um instrumento de intervenção e, se algum erro cometeu, foi, ao invés de ser o moderador que, em outros momentos da história, interveio e saiu, eles acabaram optando por ficar. E o desgaste da ilegitimidade em todo esse período que acabou recaindo sobre essa importante instituição nacional que são as Forças Armadas”, declarou. “Por isso que hoje eu não me refiro mais nem a golpe e nem a revolução de 1964. Eu me refiro a movimento de 1964”, concluiu. (Último Segundo - iG @ <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html>)

Tais afirmações se constituem em graves negações políticas e jurídicas do episódio, posto que todas as ações e reivindicações da memória se assentam no reconhecimento histórico e jurídico da ruptura democrática e a implantação de um estado de exceção constituído em 1964. Afirmação desse tipo, feita por algumas das principais autoridades jurídicas do país, demonstra a gravidade do momento vivido.

Parece-me pertinente afirmar que no centro desses debates está uma disputa sobre a verdade ou de sua negação, argumento que tem sido usado para desqualificar a incontestabilidade de tais eventos. Não são questionamentos apenas sobre as narrativas que os formulam, mas sobre as próprias ocorrências em sua condição de acontecimento, como nos diria Paul Ricoeur. Assim, podemos também pensar em usos e abusos da própria ideia de verdade propagada nessas formulações, aspectos que se relacionam, por sua vez às ideias de abuso da história na negação dos acontecimentos históricos em sua difusão através das mais variadas mídias.

É fundamental darmos especial atenção ao novo espaço dessas disputas, ou seja, o universo virtual. Este tem sido um *locus* eficiente de um novo movimento de negação histórica, fenômeno muito mais complexo e difuso do que assistimos em outras ondas negacionistas cuja a produção esteve inscrita em sujeitos de discursos muito bem delimitados. Os historiadores negacionistas do holocausto da França, Alemanha e nos Estados Unidos ainda podem ser inscritos dentro de certos protocolos científicos de produção que nos permitem refutá-los no mesmo campo de suas argumentações, a exemplo do famoso processo movido pelo historiador negacionista David Irving contra a também historiadora norte-americana Deborah Lipstadt.

David Irving, que sempre havia proposto uma leitura alternativa da atuação da Alemanha na guerra e, especial, sobre o papel de Hitler no episódio, passou a relativizar e mesmo negar o Holocausto, câmaras de gás e os campos de extermínio de Auschwitz. Irving, não se conformando em apenas apresentar suas teses, moveu o processo contra Lipstadt alegando que a mesma o havia difamado em sua obra, ao argumentar que ele havia distorcido os fatos ocorridos na Alemanha nazista. Irving, como sabemos perdeu o processo e, como conclusão do caso o juiz Charles Gray deliberou que o mesmo “reproduziu evidências históricas erroneamente e as manipulou”, qualificando-o ainda como antisemita e racista “um polemista de direita pró-nazista”. (Folha de S.Paulo - Holocausto: Revisionista sofre derrota em tribunal - 12/04/2000)

Diz parte da sentença:

A meu ver, é incontestável que Irving pode ser descrito como negador do Holocausto" (...) "Não apenas ele nega a existência de câmaras de gás em Auschwitz e afirma que nenhum judeu foi morto em câmaras de gás no local, como já o fez em diversas ocasiões e, por vezes, em termos altamente ofensivos. (...) As acusações, que constatei serem em grande medida verdadeiras, incluem a de que, por razões ideológicas próprias, Irving vem, de maneira persistente e proposital, reproduzindo erroneamente e

manipulando evidências históricas (Folha de S.Paulo - Holocausto: Revisionista sofre derrota em tribunal - 12/04/2000)

Tanto a defesa, quanto a acusação lançaram mão de diversos documentos históricos e análises de registros para sustentarem suas posições. Ao longo dos dias, ficaram expostos metodologias e as análises pelas quais se desenvolveram a produção da narrativa de Irving que, finalmente, foi desqualificada tanto por seus procedimentos, como pela maneira como o historiador chegou às suas conclusões. Tais elementos só foram possíveis porque a arena sobre a reflexão dos usos dos registros e mesmo sobre as fontes estava delimitada. De alguma forma, toda a refutação foi admissível ao se demonstrar como, deliberadamente, o historiador utilizou dos registros para favorecer uma visão muito particular dos acontecimentos os quais narrava. Assim, o princípio de reflexão da verdade de alguma maneira podia ser colocado em xeque/afirmado/negado a partir de referente claros de constituição discursiva, além disso, temos acesso aos livros e às fontes utilizadas como base da pesquisa.

Quando pensamos sobre a nova onda negacionista com a qual nos deparamos, percebemos as dificuldades de encontramos, por exemplo, os protocolos de constituição desses argumentos uma vez que suas construções muitas vezes se realizam muito mais pela forma de apresentação do que pelo seu conteúdo. Ao utilizarem, ao mesmo tempo, de formatos, linguagens, textos, imagens e fontes muito distintos, pulverizam os elementos estruturais de suas narrativas de modo que, em alguns momentos é impossível identificarmos suas fontes de constituição. Certo que, numa investigação mais acurada podemos reconstituir seus fundadores de sentido, porém, é preciso que se destaque que os próprios protocolos de verdade e sua verificação são atingidos pela avassaladora velocidade sob as quais estes conteúdos são apresentados no cotidiano. Assim, antes mesmo de elaborarmos instrumentais para sua desconstrução, outros aspectos se sobrepõem à essa produção, tornando o trabalho de investigação desses conteúdos uma operação de caça quase de elementos etéreos.

Nesse sentido, compreender as apropriações do passado como fenômeno contemporâneo ligado às mídias contemporâneas nos leva a considerar que esses espaços transformaram significativamente as maneiras de tratamento da história e seus usos políticos. Neste caso, a narrativa histórica também foi atingida frontalmente pelos problemas próprios desse tempo em que somos confrontados pela emergência de ideias de pós-verdade e pelas quebras com qualquer referente epistemológico e social para a produção seja de informação ou conhecimento.

É possível que em outras circunstâncias diferente da que vivemos, não apenas no Brasil, mas em um contexto mundial, o retorno desses referentes políticos passasse despercebido tamanhas suas fragilidades teórico-epistemológicas. Na verdade, talvez fosse mais apropriado falar no vazio teórico-epistemológico desse discurso, em seu âmago negacionista.

Contudo, a simples consideração de sua influência somente pode ser concebida como um projeto, não de conhecimento, mas de negação política do próprio lugar da história e de outros saberes como locais de emancipação. Nesse ponto, chamo atenção da nova roupagem negacionista que, embora não seja exclusiva de nosso tempo, na atualidade assumiu o epíteto de “pós-verdade” uma ideia se assenta em paradigmas arcaicos que tem como base um retorno personalista dos enunciados da verdade, nos quais a aceitação dos argumentos tem por base o enunciador não o enunciado. Lembremos os recentes episódios de negacionismos a diversos pressupostos científicos, alguns até risíveis, a exemplo dos terraplanistas, até os mais graves como o movimento anti-vacinação trazendo o retorno de doenças já erradicadas.

Nesse sentido, é preciso se destacar que o próprio conceito de “Verdade” ganhou nova centralidade nos debates atuais sobre conhecimento, informação e posicionamento político. Não por acaso, em 2016, quando o dicionário Oxford escolheu “pós-verdade” a expressão daquele ano, passou representar um conjunto de práticas nas quais os “fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais” (EL PAIS, 19/11/2016). Mais do que o simples falseamento de fatos, parecemos nos deparar com um fenômeno que, segundo Chistian Dunker:

Envolve uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis numa mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira. Não se trata de pedir ao interlocutor que acredite em premissas extraordinárias ou contra intuitivas, mas de explorar preconceitos que o destinatário cultiva. (DUNKER, 2018, p. 38).

Assistimos, portanto, a emergência de discursos reativos e conservadores que se sustentam na difusão tanto de falsos contrários, como disse antes, como de falsos similares com a intenção deliberada de estimular conclusões altamente tendenciosas sobre os processos históricos. De Baets (2013) nos alerta para que estamos vivendo o tempo dos usos abusivos da história ao se referir à forma irresponsável como algumas narrativas se apropriam do passado a fim de corroborarem ou negarem processos de violações de direitos humanos, massacres, e até mesmo as manipulações da memória. “O abuso da história costuma ser perigoso. É comum em ditaduras e períodos de grandes violações aos direitos humanos. (...) Embora o habitat natural dos abusos

da história sejam ambientes não democráticos, alguns de seus traços manifestam-se persistentemente em muitas democracias (DE BAETS, 2013, p. 18). Nesse sentido, coloca-se como problema uma ação consumidora que se elabora solicitando uma mudança conservadora que se opõe frontalmente aos processos de transformação política, social ou cultural dessa sociedade.

Para finalizar, proponho um novo diálogo com Certeau. Em sua obra já clássica, *A Invenção do Cotidiano* (1998), o autor nos desafiou a pensar as práticas de uma cultura ordinária. Para ele, o ordinário descortinava um rico caleidoscópio de um conjunto de práticas e ações que evocavam “artes de fazer”, invenções, solidariedades, lutas dissimuladas; um espaço de resistências e táticas que se infiltram entre as duras engrenagens que fazem o controle e poder se movimentarem.

Em Certeau, compreender uma cultura ordinária é pensar as criatividade, as invenções, as bricolagens que transformam a sociedade continuamente através de silêncios, nas ações de excluídos em rotinas e frestas que nos demonstram uma vibrante rede de antidisdisciplina que age sub-repticiamente modificando estruturas disciplinares estabelecidas. Podemos dizer, dessa forma, que no ordinário certeuaniano encontramos uma potência da transformação; uma dimensão latente de resistência que ajuda a burlar a norma e o controle.

Ao identificar o lugar do "próprio", compreendido como o lugar disciplinar, no qual se produzem discursos e formas de controle, o autor o qualifica como o lugar de uma produção expansionista, barulhenta e espetacular. A ela sobrevém outra, qualificada de consumo, que é dispersa, silenciosa e quase invisível, mas também, criativa. Podemos dizer que se estabelece aí uma espécie de circuito que movimenta um conjunto de práticas que se opõem e se alimentam continuamente.

No momento em que Certeau nos ofereceu sua “*Invenção do Cotidiano*” ainda não era possível alcançar a espetacular ampliação dos espaços de fabricação e apropriação com os quais nos encontramos hoje. Embaralhamos nossos lugares de produtores e consumidores de tal forma que nos deparamos com um circuito complexo que envolve a produção, recepção, ressignificação, uso e novamente produção.

Uma nova produção que longe de ser silenciosa ou invisível somente se realiza pela performance de seus enunciadores e a espetacularização de seus conteúdos. É possível que estejamos a assistir à construção de uma nova formalização das práticas que estruturam estratégias e táticas, hoje cada vez mais difíceis de serem localizadas. Para nós historiadores, entender esse consumo é olhar a partir de fissuras que podem nos informar os processos de transformação sobre a própria divulgação histórica, sua multiplicidade de atores e seus conteúdos.

Efetivamente, vivemos uma revolução da divulgação do conhecimento e, nesse processo, as transformações não são sempre progressistas, pelo contrário, longe de constarmos apropriações que subvertem uma dada ordem, nos deparamos com aquela que serve para criar outras formas de controle e perpetuação de poderes, consumo reacionário que, no caso da história, pode também ser qualificado de abuso.

É preciso que assumamos que vivemos aqui o desafio sobre o alcance de nossos discursos na sociedade. Se nossas teses e dissertações estão disponíveis nos sites das universidades ou em portais que distribuem o acesso a artigos acadêmicos e outras obras gratuita, isso tem sido irrelevante comparado ao conteúdo produzido em outros sites e plataformas. De fato, ao longo das décadas, nós historiadores não fizemos grandes esforços para nos conectarmos a um público maior que a audiência de nossas salas de aula ou leitores especializados. Os constantes dilemas sobre as disparidades entre o ensino de história na educação básica e a academia nos demonstram que, mesmo quando o público é prioritário, nossa produção margeou a sala de aula. O medo da vulgarização, ou mesmo, da perda de legitimidade entre os pares parece ter funcionado quase como um fantasma a assombrar a “boa reputação” dos historiadores. Assim, construiu-se de fato um hiato entre nossas produções e a tradução delas para um público maior.

Essa produção conservadora e reacionária de história tem nos mostrado também os desafios de pesarmos as formas de leitura e consumo, referenciados em Certeau, como aquilo que também produz a partir de um processo complexo de apropriação. Inegavelmente, atualmente temos uma significativa audiência conservadora que acessa os conteúdos dessas obras aqui mencionados, mas ela não é única e os espaços de redes sociais, blogs, vlogs e outras plataformas podem funcionar também como lugares de luta e tensão de ideias. Para lembrar novamente Certeau, a leitura é sempre intercambiante, vadia, caminha e constrói caminhos próprios no texto.

Assim, é preciso problematizarmos essas experiências na própria historicidade de suas formulações, estratos de tempo, que segundo Koselleck (2006, 2014) só conseguiremos nos apropriar lançando sobre elas questões a fim de tentar significá-las entre suas permanências e mudanças. Nesse sentido, existe um verdadeiro magma de história e memória em constante movimento, atuando de maneira intensa tanto nos subterrâneos como na superfície de nossas sociedades e, em momentos de grande agitação, discursos que pareciam superados emergem em redes de partilha desses conteúdos. Deste modo, a história pública, longe de ser o espaço de atuação de alguns, deve ser uma prática agregada ao próprio fazer dos historiadores frente aos novos desafios de construção de nosso campo no tempo presente.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano** 1- Artes de Fazer. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 1998.
- _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n° 65, p. 17-60 – 2013.
- DUNKER, Christian. Subjetividade em tempo de pós-verdade in **Ética e Pós-Verdade**. Porto Alegre/São Paulo. Dubinense. 2017.
- FOLHA DE S.PAULO - Holocausto: Revisionista sofre derrota em tribunal - 12/04/2000 - <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1204200010.htm> 1/ em 21/10/2018
- FOLHA PODER - Toffoli diz que hoje prefere chamar golpe militar de 'movimento de 1964' - 01/10/2018 em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml> 21/10/2018
- G1 – São Paulo TJ derruba decisão que mandou Ustra pagar indenização à família de jornalista morto na ditadura. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/17/tj-derruba-decisao-que-mandou-ustra-pagar-indenizacao-a-familia-de-jornalista-morto-na-di...>
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Ed. PUC Rio, 2006.
- _____. **Estratos do tempo** – Estudos sobre história. Rio de Janeiro, ED.PUC-Rio. 2014.
- LARANJEIRA, Emir. **MEMÓRIA 1964** - O dossiê do braço armado de Brizola <https://emirlarangeira.blogspot.com/2018/09/memoria-1964-o-dossie-do-braco-armado.html?m=1&fbclid=IwAR0hfldl4aiGN---RIWsqpPrIIq6ypnz7gp2unyId5FmatiQktW1hXtjG5BQ> em 01/11/2018
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo** v.1, n.1, jul/dez 2013.
- MEMÓRIA 1964** - O dossiê do braço armado de Brizola www.ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-34-31/373-memoria-1964-o-dossie-do-braco-armado-de-brizola em 21/10/2018
- NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da História do Brasil**. São Paulo, Leya Editora, 2009.
- NETO, Lira. FACEBOOK, 20 de outubro de 2017.
- PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961 – 1964). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2012.
- PONTE JORNALISMO - Justiça de SP: Brasil teve 'suposta ditadura' e Ustra não era torturador 17/10/2018 – em <https://ponte.org/para-justica-de-sp-brasil-teve-suposta-ditadura-e-chefe-do-doi-codi-nao-era-torturador/> 19/10/2018

Recebido em 01/11/2018

Aceito em 08/10/2019